

1 No dia 3 (três) de dezembro de 2008, no período da manhã realizou-se o Seminário de  
2 comemoração dos 5 anos da CONABIO, no auditório do subsolo do Ed. Marie Prendi Cruz, sito à  
3 SCEN 505, Bloco B, Asa Norte e no período da tarde a 33ª Reunião Ordinária da Comissão no  
4 mesmo endereço, porém na sala de reuniões do andar térreo. No Seminário compuseram a mesa de  
5 abertura a **Sra. Maria Cecília Wey de Brito** (Secretária de Biodiversidade e Florestas e Presidente  
6 da CONABIO) e o **Sr. Braulio Dias** (Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade)  
7 que falaram brevemente sobre a importância e o papel da CONABIO nesses 5 anos. O Sr. Braulio  
8 Dias colocou a pauta em votação que foi aprovada com alterações. Foram convidados  
9 representantes dos diversos colegiados do MMA para traçarem uma interface de suas atividades  
10 com a CONABIO, em relação à CDB. Compuseram essa mesa redonda, a **Sra. Dominique Louette**  
11 (CONAMA), a **Sra. Carla Lemos** (CGEN), o **Sr. Fernando Scárdua** (CONAFLO) e o **Sr.**  
12 **Fabício Amílvia Barreto** (FNMA). Estavam presentes na plenária os seguintes membros da  
13 CONABIO: Os **Srs. Braulio Dias** (titular) e **Lídio Coradin** (suplente), representantes do MMA; O  
14 **Sr. Kléber Souza dos Santos** (titular), representante do MAPA; o **Sr. Pedro Andrade** (suplente) e  
15 a **Sra. Cláudia Tavares** (suplente), representantes do MRE; a **Sra. Márcia Chame dos Santos**  
16 (titular), representante do MS; as **Sras. Nanuza Luiza de Menezes** (titular) e **Sônia Maria**  
17 **Dietrich** (suplente), representantes da ABC; o **Sr. João Batista Campos** (suplente), representante  
18 da ABEMA; o **Sr. Nelson Ananias Filho** (titular), representante da CNA; o **Sr. Lúcio Flores**  
19 (titular) e a **Sra. Joênia Batista Carvalho** (suplente), representantes da COIAB; a **Sra. Fani**  
20 **Mamede** (titular), representante da CONATAG; a **Sra. Maria Adélia Oliveira** (titular),  
21 representante do Fórum Brasileiro de ONGs – Movimentos Sociais; o **Sr. César Vitor do Espírito**  
22 **Santo** (suplente), representante do Fórum Brasileiro de ONGs – ONGs Ambientalistas; o **Sr.**  
23 **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante da MONAPE e o **Sr. Miguel Trefaut**  
24 **Rodrigues** (suplente), representante da SBPC. Os seguintes convidados estiveram presentes: Sra.  
25 **Daline Vinhal Pereira** (CONAMA); Sr. **Rafael de Almeida Lamim** (Elabore); Sr. **Paulo Roberto**  
26 **Sampaio Fernandes** (Marinha do Brasil); Sra. **Patrícia Siqueira de Medeiros** (MD). Também  
27 participaram da reunião os seguintes membros da Secretaria Executiva da CONABIO: **Érica**  
28 **Frazão Pereira**, **Felipe Monteiro Diniz** e **Gláucia Jordão Zerbini**. O **Sr. Braulio Dias** agradeceu  
29 todas as explanações e solicitou que se fizesse uma tentativa de aumentar a articulação entre os  
30 colegiados e evitar uma eventual invasão de competências, mencionando a ferramenta do e-  
31 colegiados. Abriu-se para uma primeira rodada de perguntas. O **Sr. João Campos** questionou a  
32 apresentação do FNMA por não relatar seus custos após 2007. A **Sra. Fani Mamede** solicitou que o  
33 CONAMA repassasse as informações anuais para a CONABIO e seus membros. Comentou sua  
34 participação nas discussões do artigo 8J da CDB no âmbito da sociedade civil, desvinculada do  
35 CGEN e solicitou que este repassasse as informações da reunião que ocorrerá em março ou abril de  
36 2009. Comentou sobre a discussão de produtos e derivativos e qual será o encaminhamento da  
37 posição do Brasil sobre a temática para a próxima COP. Perguntou sobre o andamento do Decreto  
38 de criação da Política de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e explicou que foi criado, no  
39 âmbito do FNMA um comitê orientador do Fundo da Amazônia e que a CONATAG não era favorável  
40 que fosse adotada a demanda induzida., alegando que as demandas espontâneas permitem uma  
41 visão e uma avaliação mais real dos cenários, inclusive no redirecionamento de políticas públicas e  
42 de programas para atender as realidades locais. Questionou se os formulários para se candidatar  
43 continuavam complexos. A **Sra. Joênia Carvalho** falou que a questão das terras indígenas também  
44 tem sido estratégica na conservação da biodiversidade e questionou como cada colegiado tem  
45 tratado o tema no sentido de apoio financeiro. Comentou que está sendo discutida, no âmbito da  
46 CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista, a criação de um sistema de gestão das terras  
47 indígenas e perguntou como os colegiados têm se relacionado com esses outros conselhos. O **Sr.**  
48 **Fabício Barreto** explicou a ausência dos dados financeiros após 2007, dizendo que os recursos  
49 continuavam sendo repassados, mas que porém, não foram firmados novos convênios desde então.  
50 Quanto às demandas espontâneas explicou que existem represados no âmbito do FNMA mais de

51 100 projetos, que somados, representam 2 a 3 vezes o orçamento anual do Fundo. Concordou que  
52 será necessário rever esse processo e criação de alguns dispositivos para que não haja uma fila  
53 permanente de demanda espontânea. Sobre o apoio à terras indígenas, a **Sra. Rose Araújo** explicou  
54 que em 2004 foram realizadas as quatro linhas temáticas que passaram a vigorar em 2005. A **Sra.**  
55 **Dominique Louette** informou que o CONAMA elabora quinzenalmente uma folha intitulada  
56 “Informe dos Conselheiros” que é repassada para todos os conselheiros e para aqueles que a  
57 requisitarem. Também disse que elaboram um informe anual com o balanço de tudo que foi  
58 aprovado durante o ano e que coloca uma lista de temas em pauta para o ano seguinte. Disse que a  
59 comunidade indígena possui um representante titular e dois suplentes dentro do conselho, e que  
60 estes continuam com o mandato pois existe um problema no decreto que define que as indicações  
61 devem ser feitas pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil –  
62 CAPUIBE, porém este foi extinto. A FUNAI não se pronunciou sobre o caso e explicou que até o  
63 momento a única questão levantada pelos representantes dentro do CONAMA foi a sobreposição de  
64 unidades de conservação com terras indígenas, o que não é competência do Conselho. A **Sra. Carla**  
65 **Lemos** informou que a discussão do artigo 8J não acontece no âmbito do CGEN e sim do Itamaraty.  
66 Com relação ao grupo de trabalho de derivados o Brasil defende internacionalmente a posição de  
67 que derivados de recursos genéticos não são iguais a produtos derivados do acesso aos recursos  
68 genéticos. Se prontificou a passar a memória dessas reuniões para a Secretaria Executiva da  
69 CONABIO e do CONAMA, procurando uma maior interação com a Comissão. O **Sr. Fernando**  
70 **Dal Ava** explicou em relação ao Decreto, que na última reunião da CONAFLORE foi encaminhada  
71 uma minuta para a jurídica analisar e, que posteriormente será repassada para a Casa Civil,  
72 estimando uma previsão de assinatura até 22 de dezembro de 2008. Quanto à participação da  
73 comunidade indígena na Comissão estava atrelada à indicação dentro do Fórum de ONGs. O **Sr.**  
74 **Kléber dos Santos** sugeriu convidar o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que junto com o MAPA,  
75 MMA e MRE discutiram a questão da Biodiversidade na COP 10 da Coreia, onde foram aprovadas  
76 decisões. Demonstrou sua preocupação em trabalhar canais permanentes de comunicação com estes  
77 conselhos, sugerindo, aprovar no âmbito da CONABIO, um calendário de reuniões e temas, com  
78 previsão periódica a cada 4 ou 6 meses. O **Sr. Bráulio Dias** explicou o caráter deliberativo da  
79 CONABIO e o normativo do CONAMA. O **Sr. Kléber dos Santos** sugeriu então convidar o  
80 CONAMA a se pronunciar nas plenárias. O **Sr. César Vitor** concordou na necessidade de melhoria  
81 na comunicação entre os diferentes conselhos e comitês e exemplificou com a questão do PEC do  
82 Cerrado, discutido na CONACER, na CONABIO e no CONAMA que continua sendo tratada de  
83 forma bastante frágil no Congresso Nacional. Sugeriu também a abertura de um espaço de  
84 comunicação onde sejam colocados quais as deliberações importantes aprovadas em determinado  
85 período pelos diferentes comitês e disponibilizá-las de forma mais transparente para a sociedade.  
86 Criticou a questão dos formatos para adequação dos projetos nos FNMA e sugeriu que o MMA  
87 adotasse uma postura mais forte em relação ao Ministério do Planejamento, que está definindo essas  
88 normas. A **Sra. Nanuza Menezes** pediu um esclarecimento do CGEN quanto à falta de consenso  
89 sobre os derivados de recursos genéticos. O **Sr. Bráulio Dias** explicou a idéia de se fazer um  
90 seminário envolvendo os comitês que coordenam as principais convenções ambientais no Brasil,  
91 apresentando seu funcionamento, agendas para se explorar possibilidades de maior articulação na  
92 implementação dentro do Brasil dessas diferentes comissões, com esforço maior na divulgação  
93 desses resultados. A **Sra. Dominique Louette** esclareceu que para se obter justamente essa  
94 interação entre os conselhos, que fossem repassados os informes e planos de trabalho entre os  
95 diferentes conselhos. Também sugeriu organizar uma reunião semestral entre as diferentes  
96 Secretarias Executivas dos diferentes colegiados e se comprometeu em repassar as informações  
97 quinzenais e anuais do CONAMA, assim como cada vez que for instalado um diferente grupo de  
98 trabalho, visto que todas as reuniões do CONAMA são públicas. Disse que as informações  
99 divulgadas no “Informe Conselheiro” quando um grupo encerra suas atividades sempre acompanha  
100 o *link* para a proposta final. Com isso, o conselheiro poderá analisar as propostas e trazer para seu

101 conselho uma discussão para encaminhamento de novas propostas ao CONAMA. Concordou da  
102 importância da existência de um canal aberto em que todas as Secretarias de Meio Ambiente, até  
103 as Secretarias Municipais, fiquem sabendo que as resoluções e deliberações foram tomadas e todos  
104 os agentes que fiscalizam também saibam quais as novas regras. O **Sr. Fabrício Barreto** disse que a  
105 respeito da uniformização de critérios, pode ser uma boa iniciativa, mas difícil de implementar  
106 devido à diversidade e natureza dos projetos e sugeriu a criação de um espaço para a discussão do  
107 tema, principalmente no que diz respeito as regras, que vêm se tornando cada vez mais restritivas.  
108 Esse processo deveria ser iniciado com uma gestão junto ao Ministério, consultoria jurídica e  
109 controle interno para que avanços possíveis sejam efetivamente viabilizados. A **Sra Carla Lemos**  
110 explicou que no grupo de trabalho todos concordavam que derivados dos recursos genéticos seriam  
111 aquelas moléculas ou conjunto de moléculas ou extratos naturais e que o dissenso estaria na questão  
112 das moléculas sintéticas ou semi-sintéticas. Disse concordar com a maior interação entre  
113 colegiados, levando os resultados dessas discussões e produtos para toda a sociedade, através de  
114 informativos explicativos para que todos possam entender e aderir ao sistema. O **Sr. Braulio Dias**  
115 agradeceu os representantes dos colegiados e suas explicações e chamou para compor a segunda  
116 mesa redonda, composta pelas Sras. Márcia Chame, Maria Adélia, Joênia Carvalho, Sônia Dietrich  
117 e o Sr. Pedro Andrade. O **Sr. Pedro Andrade** começou enfatizando a importância do Brasil no  
118 contexto da CDB. Disse que a centralidade do país atualmente, está refletida num desenvolvimento  
119 ocorrido na última COP, onde foi eleito o Presidente dos Países Megadiversos, sendo um grupo  
120 composto por 17 países. Disse que o grupo é o motor das negociações sobre acesso a repartição de  
121 benefícios e que irá atuar durante o período interseccional das atividades da CDB até a próxima COP  
122 em 2010. Estão sendo tratados temas como a questão do regimento internacional de acesso à  
123 repartição de benefícios, grupo de trabalho 8J, biocombustíveis e formas em que a CDB pode  
124 contribuir para que os países os produzam e utilizem de forma sustentável dentro das suas matrizes  
125 energéticas. Discussão do plano estratégico da convenção, que definem as metas de 2010 de  
126 redução do risco de perda da biodiversidade. Também estão em andamento o processo sobre clima,  
127 seminários regionais sobre biocombustíveis, seminário sobre identificação de águas marinhas em  
128 alto-mar que necessitam de proteção especial. Disse que um processo capitaneado pelo governo  
129 francês e pelo PNUMA com a proposta de criação de uma plataforma internacional sobre  
130 biodiversidade e serviços ecossistêmicos, que é o IPBS. Concordou ser fundamental fortalecer a  
131 discussão no âmbito interno e avançar na implementação da convenção com vista a fortalecer a  
132 participação do Brasil nos fóruns internacionais. A **Sra. Sônia Dietrich** exemplificou como a  
133 Convenção, com estudos da biodiversidade, seguiu no Estado de São Paulo, com um programa  
134 criado após a Convenção de 92, o BIOTA FAPESP. Na criação desse programa foram convocados  
135 vários cientistas e feita uma divisão por grupo temático. Os grupos tiveram suas diretrizes tratadas  
136 individualmente, porém alguns requisitos foram comuns a todos, como o georreferenciamento de  
137 todos os materiais coletados e de todas as regiões visitadas e a disponibilização eletrônica das  
138 informações no meio virtual. Informou que muitos dos dados já estão sendo utilizados não apenas  
139 para informação sobre a biodiversidade, mas também para diretrizes e uso da biodiversidade, e que  
140 a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, aproveitou esses dados para fazer um livro  
141 onde se trata das diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade do estado. Uma das  
142 medidas adotadas foi a recuperação das matas ciliares e da inter-relação entre os fragmentos de  
143 vegetação. A **Sra. Joênia Carvalho** resgatou a visão indígena dentro da Comissão Nacional da  
144 Biodiversidade. Disse acreditarem que não existe biodiversidade protegida se não existir uma terra  
145 protegida. Comentou sobre a extensa agenda para acompanhar todas as reuniões dos diversos  
146 conselhos na tentativa de manter seu próprio habitat. Disse existir uma farta legislação que protege  
147 a questão tradicional das terras indígenas, o meio ambiente com qualidade, a questão sócio-  
148 ambiental e legislações internacionais, mas que segundo sua análise de defensora dos direitos  
149 humanos e dos indígenas, é que essas legislações são tratadas muito em termos de ameaças e  
150 retrocessos. Explicou que na discussão da implementação da convenção de diversidade biológica,

151 existem artigos como o 8J e o 15 que os interessam e afetando-os diretamente. Disse que eles já  
152 foram amplamente discutidos em reuniões internacionais e diversas outras instâncias do Governo e  
153 que pouquíssimos representantes indígenas tiveram a oportunidade de acompanhá-las. Exemplificou  
154 com a CDB e a Convenção 169 da OIT que interessam diretamente sua comunidade porque existem  
155 princípios considerados adequados às suas realidades. Quando falam do direito de consulta e de  
156 consentimento prévio informado, diz que no seu entendimento, existe também o direito de veto, de  
157 consentir e de dizer não. Falou sobre a necessidade de maior número de técnicos indígenas e para  
158 liderança, que se encontram ainda em fase de formação e da dificuldade em acompanhar as reuniões  
159 devido o caráter técnico e diferença cultural. Gostaria de saber a fundo tudo o que está sendo  
160 discutido. Comentou que chegaram a colocar em pauta na CONABIO a questão da sobreposição de  
161 unidades de conservação e terras indígenas, porém não teve encaminhamento, ocorrendo o mesmo  
162 no CONAMA, que julgou não ser sua competência. Falou da necessidade de inserir novos meios de  
163 discussão dos assuntos indígenas, como a Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, criada há  
164 pouco tempo e tendo em pauta a questão da gestão das terras indígenas, os serviços ambientais e os  
165 recursos hídricos. Explicou que almejam que pelos menos os registros sobre as opiniões dos povos  
166 indígenas possam ter algum encaminhamento. A **Sra. Maria Adélia Oliveira** sugeriu o envio da  
167 pauta com maior antecedência e que isso constasse no regimento. Argumentou que o Fórum de  
168 ONGs possui um GT de sociobiodiversidade que discute as questões da pauta para enviar seu  
169 posicionamento através de seus representantes na Comissão. Disse que avaliaram o desempenho da  
170 CONABIO nos últimos cinco anos e constataram um caráter fortemente acadêmico, desde sua  
171 formação. A produção do MMA atende plenamente o nível superior da sociedade, porém avaliaram  
172 que faltam livretos, manuais, guias, livros dirigidos a realidade do público leigo, já que a Comissão  
173 não possui quase visibilidade dentro da sociedade civil. Outra questão analisada e considerada de  
174 peso na Comissão é a conservação, sendo que praticamente 80 a 90 % das atividades do tripé da  
175 Convenção estão nessa área, e pouco se faz em relação ao uso sustentável dos recursos naturais e  
176 repartição de benefícios. Falou que o SNUC levou 10 anos para sair do Congresso e que  
177 praticamente nenhuma recategorização de unidades de conservação e planos de manejo ocorreu,  
178 não tendo sido implementado eficazmente, visto que as unidades de conservação têm reduzido ao  
179 longo dos anos, refletindo num aumento das listas de espécies ameaçadas de extinção. Na avaliação  
180 da FBOMS ficou muito clara a questão da representatividade nas grandes reuniões, sendo que  
181 muitas vezes o MMA possui técnicos de ótima formação e experiência que participam de todas as  
182 etapas técnicas de discussão e, no momento das decisões nem sempre os representantes da Casa  
183 Civil e do Ministério das Relações Exteriores consideram as propostas que foram amplamente  
184 discutidas. A **Sra. Márcia Chame** falou que a biossegurança é uma questão que vem sendo  
185 trabalhada com um forte aporte da área da saúde dentro das convenções, COPEs, POPs,  
186 agrotóxicos, dentre outros. Disse que o acesso aos recursos genéticos, principalmente por causa da  
187 pesquisa, existe uma briga interna grande, porque não foi cerceada por estudos e, as pesquisas  
188 precisam passar pelo CGEN, o que torna um problema para o pesquisador devido à burocracia.  
189 Falou sobre várias áreas que vem avançando, como as patentes com forte demanda para a área de  
190 produção biotecnológica, além de fitoterápicos e animais marinhos. Afirmou que existe um grande  
191 empecilho da participação do MS na questão da Convenção, devido sua complexidade institucional.  
192 Disse vislumbrar esperança dentro do PROBIO II para transversalizar a biodiversidade com a área  
193 da saúde. A **Sra. Fani Mamede** manifestou a insatisfação da CONTAG na representação da mesa  
194 como setor produtivo. Falou também da importância da participação da sociedade civil na  
195 CONABIO, por ser recomendação da CDB e reforçou o pedido de maior participação da Comissão  
196 com contribuições nos eventos internacionais. Solicitou que o Sr. Pedro de Andrade juntamente com  
197 a Secretaria Executiva da CONABIO repassassem informações dos eventos já agendados e um  
198 breve relato do que será tratado nessas reuniões. Apoiou a comunidade indígena no conflito da  
199 Raposa Serra do Sol e julgou importantíssimo fundamentar também a questão da elaboração de  
200 publicações mais dirigidas para as comunidades tradicionais de agricultores familiares. O Sr.

201 **Kleber dos Santos** explicou que o MAPA é responsável pela regulamentação e instruções  
202 normativas, estando focado em todas as questões da agricultura familiar e mostrou a disponibilidade  
203 do Órgão em participar das discussões relacionadas à questão ambiental. Parabenizou a iniciativa da  
204 mesa redonda e também sugeriu rodadas alternadas de instituições. Falou sobre fóruns simultâneos  
205 que estão ocorrendo para tratar da questão ambiental, citando o de biocombustíveis. Levantou a  
206 questão da migração de grupos de interesse e de negociações agrícolas e sua suspeita participação  
207 nos fóruns ambientais. O **Sr. Lúcio Flores** retornou à questão da sobreposição das terras indígenas  
208 explicando que desde a COP8, onde se discutiu se estas terras seriam protegidas e qual seria de fato  
209 a autonomia. Disse que possuem resultados para serem apresentados e discutidos, mas que não  
210 estavam conseguindo agendar uma reunião. Comentou que o GEF indígena fora aprovado para  
211 implementação e que a questão ainda não estava clara e que as lideranças indígenas estavam  
212 cobrando um posicionamento e explicação. Sugeriu que o PNAP poderia realizar alguns informes  
213 para deixar o processo mais claro e em seguida que fosse discutido o assunto dentro da Comissão. O  
214 **Sr. Pedro Andrade** disse ser importante ter em mente que faz parte do processo democrático a  
215 divergência em toda tomada de decisão. Com relação ao processo de elaboração de posição e a  
216 representação do Brasil no exterior, reprisou que eles vêm sempre falando com a CONABIO e que  
217 o processo envolve todos os ministérios que acompanham os temas da CDB, o MAPA, MMA,  
218 MCT, MDIC, e a sociedade civil também está engajada e em diálogo, como a CONTAG e  
219 representações do setor privado, na tentativa de formular uma posição que consiga congrega os  
220 diversos interesses, embora nem sempre se consiga atender a demanda específica de cada um.  
221 Explicou que o Itamaraty nunca diverge de uma posição que tenha sido consensualizada no âmbito  
222 do governo. Lembrou que as informações sobre as reuniões da CDB se encontram disponíveis no  
223 sítio eletrônico com calendário até 2010. Com relação aos foros concordou que existe certa  
224 fragmentação, especialmente na questão dos biocombustíveis. Sugeriu um diálogo com sua área de  
225 recursos renováveis que cuidam do etanol. Com relação à migração de grupos de interesse e  
226 dimensão comercial, falou que a posição brasileira sempre leva isso em consideração, e que isso é  
227 muito claro nas questões ambientais. Disse haver sim impactos comerciais sobre algumas  
228 discussões e que por isso o Brasil tenta sempre garantir sem emperrar o processo, para que medidas  
229 que sejam tomadas pelas partes sejam sempre tomadas de forma consciente com outras obrigações  
230 internacionais, como da OMC. A **Sra. Sônia Dietrich** disse que a ciência tem uma enormidade de  
231 informações sobre a biodiversidade, tem feito uso dessas informações para diretrizes de  
232 conservação da biodiversidade, de restauração dos ecossistemas, mas não tem feito tanto, no sentido  
233 de uso sustentável acreditando que apenas a intervenção dos cientistas não baste nessa questão. A  
234 **Sra. Joênia Carvalho** disse não saber o que existe atualmente em trâmite no Congresso Nacional  
235 em relação a propostas de redução das terras indígenas e mesmo das unidades de conservação.  
236 Falou da necessidade de se mapear esses perigos de considerar a posição daqueles que não são  
237 técnicos, mas representantes do setor empresarial e não considerar os técnicos indígenas e seus  
238 conhecimentos. Disse que realmente existe uma complexidade de andamento da própria instituição,  
239 da sua estrutura e dos recursos que estão disponíveis na CONABIO, havendo necessidade também  
240 da participação de pessoas que detém o poder de decisão dentro do governo. Explicou que não  
241 adianta o IBAMA embargar algo com o apoio do MMA se as decisões acabam se passando dentro  
242 da Casa Civil. Levantou a necessidade de avaliar até onde a CONABIO pode influenciar e  
243 implementar a CDB. Disse que a população mundial está crescendo e que é preciso levantar  
244 alternativas econômicas considerando o desenvolvimento sustentável. A **Sra. Maria Adélia** apoiou  
245 totalmente a idéia de continuidade dessas avaliações através de novas rodadas de discussão. A **Sra.**  
246 **Márcia Chame** sugeriu que essa auto avaliação fosse feita pelo menos ao final de cada ano.  
247 Explicou que não existe nenhum tipo de incentivo para o pesquisador empreendedor na produção de  
248 material de divulgação, pois vale mais um trabalho científico publicado em revistas de renome.  
249 Reforçou a idéia de se investir também em baixa tecnologia e de não apenas atender à CDB, mas os  
250 próprios interesses dos representantes da Comissão. O **Sr. Braulio Dias** concordou que é preciso

251 inovar e enfrentar esses desafios e firmou a idéia de repetir o exercício e ampliar a discussão. No  
252 período da tarde ocorreu a reunião plenária e o Sr. Braulio Dias sugeriu transferir as duas palestras  
253 do PROBIO para aproxima reunião da CONABIO. A ata da 32ª Reunião Ordinária foi deixada para  
254 análise na próxima reunião da plenária. Passou-se a discussão das propostas de alteração do  
255 regimento interno da Comissão. Foram feitas as seguintes alterações: explicitou-se que a  
256 antecedência mínima para as entidades de fora de Brasília confirmarem sua participação será de dez  
257 dias e que a garantia da representatividade caberá ao titular que, em caso de impossibilidade de  
258 comparecimento, entre em contato com seus suplentes garantindo a participação de pelo menos um;  
259 no artigo quarto aprovou-se que a Secretaria Executiva convocará os representantes com 15 dias de  
260 antecedência e que as instituições terão um prazo de até dez dias para confirmação de presença; a  
261 Secretaria Executiva irá informar tanto titulares quanto suplentes; no artigo sétimo ficou previsto  
262 que duas faltas seguidas ou três alternadas no período de 12 meses, sem a devida substituição por  
263 um dos suplentes, a instituição receberá uma advertência; a instituição que não se fizer presente a  
264 quatro reuniões no período de 12 meses perderá a condição de membro da Comissão; o membro  
265 titular da instituição constituinte da câmara técnica, cujo indicado faltar a duas reuniões  
266 consecutivas será comunicado pela Secretaria Executiva, sob pena de não ser convidado para as  
267 reuniões subseqüentes. O calendário de reuniões para o ano de 2009 foi aprovado com algumas  
268 alterações de datas. Em seguida, o **Sr. Braulio Dias** apresentou duas propostas, uma de calendário  
269 temático e outra de critérios de elegibilidade para fazer rodízios de reuniões da Comissão fora de  
270 Brasília. Os temas aprovados para discussão ao longo do ano de 2009 foram: 1) pagamento de  
271 serviços ambientais; 2) recursos hídricos e biodiversidade; 3) recomendações das câmaras técnicas  
272 – CTs; 4) apresentações: 4º Relatório Nacional da CDB (implementação das metas para 2010, com  
273 análise global e por biomas; GEOBrasil Biodiversidade (informes); preparação para a COP 10 e  
274 resultados alcançados; 5) Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP; 6) Sinergia  
275 entre Convenções do Rio e a CONABIO; 7) PAC e Biodiversidade. Também foram levantadas  
276 outras demandas de temas: 1) acompanhamento da implementação das Decisões das COPs da CDB  
277 (biomas) e 2) informe sobre PLs de Regime de Acesso (diálogo) – na agenda de trabalho trazer  
278 informações sobre coleções, herbários e museus (solicitação à ABC e SBPC). Houve uma pequena  
279 discussão sobre quem aprovará os projetos que serão submetidos ao PROBIO II e o **Sr. Braulio**  
280 **Dias** esclareceu que será um comitê coordenador e que o papel da CONABIO seria de orientação  
281 política para a implementação do PROBIO II. Foram apresentados como possíveis critérios de  
282 elegibilidade para a realização de reuniões da Comissão fora de Brasília: 1) Possibilidade de Apoio  
283 Federal / Estadual / Municipal / Institucional (inclusive logístico); 2) Presença de Colegiado de  
284 Biodiversidade; 3) Presença de Colegiado Estadual/Municipal de Meio Ambiente; 4) Impacto  
285 Financeiro; 5) Histórico de Reuniões em Biodiversidade e 6) Liderança no Tratamento de certos  
286 temas de biodiversidade. O **Sr. Felipe Diniz** apresentou brevemente uma nova proposta de design  
287 do sítio eletrônico da CONABIO e o consultor responsável pela tecnologia de informação da  
288 CONABIO, **Sr. Marcos de Oliveira**. O **Sr. Braulio Dias** encerrou a reunião agradecendo a  
289 colaboração de todos nesses cinco anos da CONABIO e desejando votos de final de ano a todos.  
290 Eu, Érica Frazão Pereira, por solicitação do presidente desta Comissão, lavrei a presente ata.

291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298

---

Secretário Executivo

---

Presidente da CONABIO